Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade

- Regulamento (CE) n.º 525/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas 1
- ★ **Regulamento (CE) n.º 526/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que altera elementos do caderno de especificações e obrigações de uma denominação constante do anexo do Regulamento (CE) n.º 1107/96 relativo ao registo das indicações geográficas e denominações de origem (Espárrago de Navarra) 3**
- Regulamento (CE) n.º 527/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 ao abrigo do regime previsto nos acordos concluídos pela Comunidade com a República da Polónia, a República da Hungria, a República Checa, a Eslováquia, a Bulgária e a Roménia 7
- Regulamento (CE) n.º 528/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 no âmbito do regime previsto nos acordos de comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Letónia, a Lituânia e a Estónia, por outro 9
- Regulamento (CE) n.º 529/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 ao abrigo do regime previsto no Regulamento (CE) n.º 774/94 do Conselho relativo à abertura e modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários de carne de suíno e outros produtos agrícolas 11
- Regulamento (CE) n.º 530/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação apresentados em Março de 2004 ao abrigo dos contingentes pautais de importação para determinados produtos no sector da carne de suíno, para o período compreendido entre 1 a 30 de Abril de 2004 13
- Regulamento (CE) n.º 531/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 ao abrigo do regime previsto no Acordo concluído pela Comunidade com a Eslovénia 15

Regulamento (CE) n.º 532/2004 da Comissão, de 22 de Março de 2004, relativo aos pedidos de certificados de exportação para o arroz e as trincas de arroz com prefixação da restituição	17
★ Directiva 2004/31/CE da Comissão, de 17 de Março de 2004, que altera os anexos I, II, III, IV e V da Directiva 2000/29/CE do Conselho relativa às medidas de protecção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade	18
★ Directiva 2004/32/CE da Comissão, de 17 de Março de 2004, que altera a Directiva 2001/32/CE no que diz respeito a determinadas zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos	24

II Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade

Conselho

★ Informação relativa à data de entrada em vigor do Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e a antiga República jugoslava da Macedónia	26
--	----

Comissão

2004/272/CE:

★ Decisão da Comissão, de 1 de Outubro de 2003, relativa ao auxílio estatal que a Alemanha pretende conceder à Frenzel Kyffhäuser Tiefkühlkost GmbH [notificada com o número C(2003) 3383]	27
--	----

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 525/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004
que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo.

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 23 de Março de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão
J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1947/2002 (JO L 299 de 1.11.2002, p. 17).

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 22 de Março de 2004, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	107,2
	204	66,2
	212	115,9
	999	96,4
0707 00 05	052	133,1
	096	93,1
	204	13,1
	220	147,3
	999	96,7
0709 90 70	052	125,6
	204	56,0
	999	90,8
0805 10 10, 0805 10 30, 0805 10 50	052	49,6
	204	63,2
	212	60,0
	220	45,4
	400	37,9
	624	60,6
	999	52,8
0805 50 10	052	57,0
	220	31,0
	400	46,9
	600	51,3
	999	46,6
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	388	88,1
	400	88,1
	404	90,4
	508	71,0
	512	73,5
	524	88,7
	528	73,7
	720	86,9
	999	82,6
	0808 20 50	388
512		87,6
528		66,7
720		34,9
999		67,7

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2081/2003 da Comissão (JO L 313 de 28.11.2003, p. 11). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) N.º 526/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004

que altera elementos do caderno de especificações e obrigações de uma denominação constante do anexo do Regulamento (CE) n.º 1107/96 relativo ao registo das indicações geográficas e denominações de origem (Espárrago de Navarra)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 9.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Relativamente à denominação «Espárrago de Navarra», registada como indicação geográfica protegida pelo Regulamento (CE) n.º 1107/96 da Comissão, de 12 de Junho de 1996, relativo ao registo das indicações geográficas e denominações de origem nos termos do procedimento previsto no artigo 17.º do Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho ⁽²⁾, a Espanha solicitou, nos termos do artigo 9.º do Regulamento (CEE) n.º 2081/92, alterações da descrição do produto e da zona geográfica.
- (2) Considerou-se, após exame desse pedido de alteração, que se não trata de alterações menores.
- (3) Não se tratando de alterações menores, deve aplicar-se, *mutatis mutandis*, o processo do artigo 6.º, conforme previsto no artigo 9.º do Regulamento (CEE) n.º 2081/92.

(4) Conclui-se que se trata, neste caso, de alterações conformes ao Regulamento (CEE) n.º 2081/92. Não foi transmitida à Comissão qualquer declaração de oposição, na acepção do artigo 7.º do regulamento supracitado, após a publicação das referidas alterações no *Jornal Oficial da União Europeia* ⁽³⁾.

(5) Consequentemente, devem tais alterações ser registadas e publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia*,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As alterações constantes do anexo I do presente regulamento são registadas e publicadas em conformidade com o n.º 4 do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2081/92.

O anexo II do presente regulamento inclui a ficha consolidada com os principais elementos do caderno de especificações e obrigações.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 208 de 24.7.1992, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

⁽²⁾ JO L 148 de 21.6.1996, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1660/2003 (JO L 234 de 20.9.2003, p. 10).

⁽³⁾ JO C 110 de 8.5.2003, p. 20 (Espárrago de Navarra).

ANEXO I

Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho

ALTERAÇÃO DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA (artigo 9.º)

1. Denominação registada: IGP Espárrago de Navarra**2. Alterações solicitadas**

Rubricas do caderno de especificações e obrigações

- Nome
- Descrição do produto
- Zona geográfica
- Prova de origem
- Relação
- Rotulagem
- Exigências nacionais

3. Alterações

Descrição do produto

Aditar à lista das variedades autorizadas as variedades «Dariana», «Grolim», «Steline» e «Thielim».

Suprimir da lista das variedades autorizadas as variedades «Blanco del País», «Cito», «Darbonne 2, 3 e 4».

A presença nas plantações de variedades diferentes das autorizadas é permitida até ao limite de 20 %.

Zona geográfica

Aditar à lista de municípios da Comunidade Autónoma de Aragão as seguintes entidades: Biota, Boquiñeni, Luceni, Remolinos, Sádaba, Sos del Rey Católico, Uncastillo.

Aditar à lista de municípios da Comunidade Autónoma de Navarra as seguintes entidades: Améscoa Baja, Ansoáin, Aoiz-Agoitz, Aranguren, Belascoáin, Berrioplano, Burlada, Castillo-Nuevo, Ciriza, Cizur, Echarri, Echáuri-Etxauri, Egués, Elorz, Ezcabarte, Ezprogui, Galar, Guesálaz, Huarte, Ibargoiti, Iza, Izagaondoa, Juslapeña, Lana, Leache, Leoz, Lezáun, Lizoáin, Lónguida, Monreal, Noáin, Olóriz, Olza, Orisoain, Pamplona-Iruña, Romanzado, Salinas de Oro, Tiebas-Muruarte de Reta, Unciti, Unzué, Urraúl Bajo, Urroz, Vidaurreta, Zabalza, Zizur.

4. Data de recepção do processo completo: ES/00098 — 14 de Novembro de 2002.

ANEXO II

FICHA CONSOLIDADA

Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho

«ESPÁRRAGO DE NAVARRA»

DOP () IGP (X)

Número nacional do processo:

1. Serviço competente do Estado-Membro:

Nome: Subdirección general de sistemas de calidad diferenciada. Dirección general de alimentación. Secretaría general de agricultura y alimentación del ministerio de agricultura, pesca y alimentación de España.

Endereço: Paseo Infanta Isabel, 1, E-28071 Madrid

Telefone: (34-91) 347 53 94

Fax: (34-91) 347 54 10

Endereço electrónico: mvegaalv@mapya.es

2. Agrupamento requerente:

2.1. Nome: «Consejo regulador de la denominación específica Espárrago de Navarra» (Conselho regulador da denominação específica espargo de Navarra)

2.2. Endereço: Avda. Serapio Huici, 22, E-31610 Villava

Telefone: (34-9) 48 01 30 45

Fax: (34-9) 48 01 30 46

2.3. Composição: Produtor/transformador (X) outro ()

3. Tipo de produto: Produtos hortícolas — Classe 1.8

4. Descrição do caderno de especificações e obrigações:

(resumo das condições do n.º 2 do artigo 4.º)

4.1. Nome: «ESPÁRRAGO DE NAVARRA»

4.2. Descrição:

Turiões tenros e frescos de *Asparragus officinalis* L., brancos, arroxeados ou verdes, das variedades «Argenteuil», «Dariana», «Desto», «Cipres», «Grolim», «Juno», «Steline» e «Thielim», destinados ao consumo em fresco ou em conserva, de comprimento, diâmetro e categorias definidas.

A presença nas plantações de variedades diferentes das autorizadas é permitida até ao limite de 20 %.

4.3. Zona geográfica:

Situada no vale intermédio do rio Ebro, a zona em causa engloba 263 municípios localizados em Navarra, La Rioja e Aragão.

4.4. Prova de origem:

As plantações são inscritas nos registos correspondentes, elaborados por empresas estabelecidas na zona de produção. Os rótulos e contra-rótulos são numerados e emitidos pelo conselho regulador.

4.5. Método de obtenção:

Os espargos provenientes das plantações inscritas, apanhados e transportados para as fábricas em condições que permitam a conservação e frescura do produto, são preparados em condições definidas pelo conselho.

4.6. Relação:

Os espargos são plantados em solos com textura argilosa ou franco-argilosa e pH ligeiramente básico. A cultura é efectuada num clima continental com influência mediterrânica e temperaturas médias de 13 a 14 °C. As técnicas de cultivo, apanha e preparação são adequadas e objecto de controlo.

4.7. *Estrutura de controlo:*

Nome: CONSEJO REGULADOR DE LA DENOMINACIÓN ESPECÍFICA «ESPÁRRAGO DE NAVARRA»
Endereço: Avda. Serapio Huici, 22,
E-31610 Villava
Telefone: (34-9) 48 01 30 45
Fax: (34-9) 48 01 30 46

4.8. *Rotulagem:*

Os rótulos são autorizados pelo conselho regulador, devendo constar obrigatoriamente dos mesmos a menção «Denominação específica Espárrago de Navarra». Os contra-rótulos são numerados e emitidos pelo conselho regulador.

4.9. *Exigências nacionais:*

Lei n.º 25/1970 de 2 de Dezembro de 1970. Decreto de 13 de Julho de 1993 que aprova o Regulamento da denominação específica «Espárrago de Navarra» e respectivo conselho regulador.

Número CE: ES/0098/94.01.24.

Data de recepção do processo completo: 19 de Novembro de 2003.

REGULAMENTO (CE) N.º 527/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 ao abrigo do regime previsto nos acordos concluídos pela Comunidade com a República da Polónia, a República da Hungria, a República Checa, a Eslováquia, a Bulgária e a Roménia

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1898/97 da Comissão, de 29 de Setembro de 1997, que estabelece as regras de execução, no sector da carne de suíno, do regime previsto ao abrigo dos acordos europeus com a Bulgária, a República Checa, a Eslováquia, a Roménia, a República da Polónia e a República da Hungria⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 5 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Os pedidos de certificados de importação apresentados para o período compreendido entre 1 e 30 de Abril de 2004 totalizam, quantidades inferiores ou iguais às disponíveis, podendo, em consequência, ser inteiramente satisfeitos.
- (2) É conveniente determinar o excedente que se adiciona à quantidade disponível para o período seguinte.
- (3) É oportuno chamar a atenção dos operadores sobre o facto de os certificados só poderem ser utilizados para produtos que estejam em regra com todas as disposições veterinárias actualmente em vigor na Comunidade,

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. Os pedidos de certificados de importação, relativos ao período de 1 a 30 de Abril de 2004, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1898/97, são aceites como referido no anexo I.
2. Para o período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004, podem ser apresentados pedidos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1898/97, de certificados de importação em relação às quantidades totais constantes do anexo II.
3. Os certificados só podem ser utilizados para produtos que estejam em regra com todas as disposições veterinárias actualmente em vigor na Comunidade.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Abril de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 267 de 30.9.1997, p. 58. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 333/2004 (JO L 60 de 27.2.2004, p. 12).

ANEXO I

Grupo	Percentagem de aceitação dos certificados de importação apresentados para o período de 1 a 30 de Abril de 2004
1	100,0
2	100,0
3	100,0
4	100,0
H1	100,0
7	100,0
8	100,0
9	100,0
T1	100,0
T2	100,0
T3	100,0
S1	100,0
S2	100,0
B1	100,0
15	100,0
16	100,0
17	100,0

ANEXO II

Grupo	Quantidade total disponível para o período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004
B1	3 000,0
15	1 100,0
16	2 125,0
17	15 625,0

(em t)

REGULAMENTO (CE) N.º 528/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 no âmbito do regime previsto nos acordos de comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Letónia, a Lituânia e a Estónia, por outro

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2305/95 da Comissão, de 29 de Setembro de 1995, que estabelece as normas de execução, no sector da carne de suíno, do regime previsto nos acordos de comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Letónia, a Lituânia e a Estónia, por outro ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 4 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

Os pedidos de certificados de importação apresentados para o segundo trimestre de 2004 totalizam quantidades inferiores às quantidades disponíveis, podendo, em consequência, ser inteiramente satisfeitos.

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os pedidos de certificados de importação, relativos ao período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2004, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2305/95 são aceites como referido no anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Abril de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 233 de 30.9.1995, p. 45. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1853/2002 (JO L 280 de 18.10.2002, p. 5).

ANEXO

Grupo	Percentagem de aceitação dos certificados de importação apresentados para o período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2004
18	100
L1	100
19	100
20	100
21	100
22	100
E1	100

REGULAMENTO (CE) N.º 529/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 ao abrigo do regime previsto no Regulamento (CE) n.º 774/94 do Conselho relativo à abertura e modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários de carne de suíno e outros produtos agrícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1432/94 da Comissão, de 22 de Junho de 1994, que estabelece as normas de execução, no sector da carne de suíno, do regime de importação previsto no Regulamento (CE) n.º 774/94 do Conselho relativo à abertura e modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários de carne de suíno e outros produtos agrícolas ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 4 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Os pedidos de certificados de importação apresentados para o período compreendido entre 1 e 30 de Abril de 2004 totalizam quantidades inferiores às quantidades disponíveis, podendo, em consequência, ser inteiramente satisfeitos.
- (2) É conveniente determinar a quantidade disponível para o período seguinte.
- (3) É oportuno chamar a atenção dos operadores sobre o facto de os certificados só poderem ser utilizados para produtos que estejam em regra com todas as disposições veterinárias actualmente em vigor na Comunidade,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. Os pedidos de certificados de importação, relativos ao período de 1 a 30 de Abril de 2004, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1432/94 são aceites como referido no anexo I.
2. Para o período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004, podem ser apresentados pedidos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1432/94, de certificados de importação em relação às quantidades totais constantes do anexo II.
3. Os certificados só podem ser utilizados para produtos que estejam em regra com todas as disposições veterinárias actualmente em vigor na Comunidade.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Abril de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 156 de 23.6.1994, p. 14. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 332/2004 (JO L 60 de 27.2.2004, p. 10).

ANEXO I

Grupo	Percentagem de aceitação dos certificados de importação apresentados para o período de 1 a 30 de Abril de 2004
1	100,00

ANEXO II

(em t)

Grupo	Quantidade total disponível para o período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004
1	3 476,0

REGULAMENTO (CE) N.º 530/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação apresentados em Março de 2004 ao abrigo dos contingentes pautais de importação para determinados produtos no sector da carne de suíno, para o período compreendido entre 1 a 30 de Abril de 2004

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1458/2003 da Comissão, de 18 de Agosto de 2003, relativo à abertura e modo de gestão dos contingentes pautais no sector da carne de suíno ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 6 do seu artigo 5.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Os pedidos de certificados de importação apresentados para o período compreendido entre 1 a 30 de Abril de 2004 totalizam quantidades inferiores às disponíveis, podendo, em consequência, ser inteiramente satisfeitos.
- (2) É conveniente determinar o excedente que se adiciona à quantidade disponível para o período seguinte,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. Os pedidos de certificados de importação, relativos ao período de 1 a 30 de Abril de 2004, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1458/2003 são aceites como referido no anexo I.

2. Para o período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004, podem ser apresentados pedidos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1458/2003, de certificados de importação em relação às quantidades totais constantes do anexo II.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Abril de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 208 de 19.8.2003, p. 3.

ANEXO I

Grupo	Percentagem de aceitação dos certificados de importação apresentados para o período de 1 a 30 de Abril de 2004
G2	100
G3	100
G4	100
G5	100
G6	100
G7	100

ANEXO II

(em t)

Grupo	Quantidade total disponível para o período de 1 de Maio a 30 de Junho de 2004
G2	29 517,5
G3	3 487,8
G4	2 846,0
G5	6 100,0
G6	15 000,0
G7	5 499,0

REGULAMENTO (CE) N.º 531/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004

que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Março de 2004 ao abrigo do regime previsto no Acordo concluído pela Comunidade com a Eslovénia

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 571/97 da Comissão, de 26 de Março de 1997, que estabelece as normas de execução, no sector da carne de suíno, do regime previsto no acordo provisório entre a Comunidade, por um lado, e a Eslovénia, por outro ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 4 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Os pedidos de certificados de importação apresentados para o segundo trimestre de 2004 totalizam quantidades inferiores às disponíveis, podendo, em consequência, ser inteiramente satisfeitos.
- (2) É oportuno chamar a atenção dos operadores sobre o facto de os certificados só poderem ser utilizados para produtos que estejam em regra com todas as disposições veterinárias actualmente em vigor na Comunidade,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

1. Os pedidos de certificados de importação, relativos ao período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2004, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 571/97, são aceites como referido no anexo.

2. Os certificados só podem ser utilizados para produtos que estejam em regra com todas as disposições veterinárias actualmente em vigor na Comunidade.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Abril de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 85 de 27.3.1997, p. 56. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1935/2003 (JO L 285 de 1.11.2003, p. 20).

ANEXO

Grupo	Percentagem de aceitação dos certificados de importação apresentados para o período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2004
23	100,00
24	100,00
25	100,00
26	100,00
SL	100,00

REGULAMENTO (CE) N.º 532/2004 DA COMISSÃO
de 22 de Março de 2004
relativo aos pedidos de certificados de exportação para o arroz e as trincas de arroz com
prefixação da restituição

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum de mercado do arroz ⁽¹⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1342/2003 da Comissão, de 28 de Julho de 2003, que estabelece normas de execução especiais do regime dos certificados de importação e de exportação no sector dos cereais e do arroz ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3, segundo parágrafo, do seu artigo 8.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1342/2003 prevê, caso seja feita referência específica ao referido número aquando da fixação de uma restituição à exportação, um prazo de três dias úteis após o dia da apresentação do pedido para a emissão dos certificados de exportação com prefixação da restituição. O referido artigo prevê igualmente que a Comissão fixe uma percentagem única de redução de quantidades se os pedidos de certificados de exportação excederem as quantidades que podem ser destinadas à exportação. O Regulamento (CE) n.º 343/2004 da Comissão ⁽³⁾ fixa as restituições no âmbito do procedimento previsto no número acima referido para uma quantidade de 3 000 toneladas para o conjunto dos destinos R02 e R03 definidos no anexo do mencionado regulamento.

- (2) Para o conjunto dos destinos R02 e R03, as quantidades pedidas em 19 de Março de 2004 excedem a quantidade disponível. É, portanto, necessário fixar uma percentagem de redução para os pedidos de certificados de exportação apresentados em 19 de Março de 2004.
- (3) Atendendo à sua finalidade, as disposições do presente regulamento devem produzir efeitos a partir da data da sua publicação no Jornal Oficial,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Para o conjunto dos destinos R02 e R03 definidos no anexo do Regulamento (CE) n.º 343/2004, os pedidos de certificados de exportação de arroz e de trincas de arroz com prefixação da restituição, apresentados em 19 de Março de 2004 no âmbito do mencionado regulamento, darão lugar à emissão de certificados para as quantidades solicitadas corrigidas pela percentagem de redução de 2,03 %.

Artigo 2.º

Para o conjunto dos destinos R02 e R03 definidos no anexo do Regulamento (CE) n.º 343/2004, os pedidos de certificados de exportação de arroz e de trincas de arroz apresentados a partir de 20 de Março de 2004 não darão lugar à emissão de certificados de exportação no âmbito do mencionado regulamento.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor em 23 de Março de 2004.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Março de 2004.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 329 de 30.12.1995, p. 18. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão (JO L 62 de 5.3.2002, p. 27).

⁽²⁾ JO L 189 de 29.7.2003, p. 12.

⁽³⁾ JO L 5 de 9.1.2004, p. 69.

DIRECTIVA 2004/31/CE DA COMISSÃO
de 17 de Março de 2004

que altera os anexos I, II, III, IV e V da Directiva 2000/29/CE do Conselho relativa às medidas de protecção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2000/29/CE do Conselho, de 8 de Maio de 2000, relativa às medidas de protecção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o segundo parágrafo, alíneas c) e d), do seu artigo 14.º,

Após consulta aos Estados-Membros envolvidos,

Considerando o seguinte:

- (1) Das informações fornecidas pela Suécia com base em pesquisas efectuadas, conclui-se que existem zonas nesse país que devem deixar de ser reconhecidas como «zonas protegidas» no que se refere ao «Beet necrotic yellow vein virus».
- (2) Nos termos da Directiva 2000/29/CE, é proibida a introdução na Comunidade de vegetais de *Vitis* L., com excepção dos frutos, originários de países terceiros.
- (3) Das informações fornecidas pela Suíça, conclui-se que as medidas que este país aplica no que diz respeito à introdução e à circulação no seu território de vegetais de *Vitis* L., com excepção dos frutos, são equivalentes às medidas previstas pela Directiva 2000/29/CE. Por conseguinte, os vegetais de *Vitis* L., com excepção dos frutos, originários da Suíça devem ser autorizados a entrar na Comunidade.
- (4) Nos termos da Directiva 2000/29/CE, nas zonas da Comunidade reconhecidas como zonas protegidas no que se refere a *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al., é proibida a introdução de vegetais hospedeiros, com excepção dos frutos e sementes, deste organismo prejudicial, originários de países terceiros que não os reconhecidos como indenes deste organismo prejudicial ou nos quais tenham sido estabelecidas zonas indenes no que se refere a este organismo.
- (5) Das informações fornecidas pela Suíça, conclui-se que as medidas que este país aplica no que diz respeito à introdução e à circulação no seu território de vegetais hospedeiros de *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al., com excepção dos frutos e sementes, são amplamente equivalentes às medidas previstas pela Directiva 2000/29/CE. Assim, os vegetais hospedeiros de *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al., com excepção dos frutos e sementes,

e com excepção de *Cotoneaster* Ehrh. e *Photinia davidiana* (Dcne.) Cardot, originários da Suíça devem ser autorizados a entrar na Comunidade.

- (6) Das informações fornecidas pela Itália com base em pesquisas efectuadas, conclui-se que certas zonas desse país devem deixar de ser reconhecidas como «zonas protegidas» no que se refere a *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al.
- (7) Devido a um erro material na preparação da Directiva 2003/116/CE, o actual ponto 21.1 da parte B do anexo IV da Directiva 2000/29/CE foi numerado de forma errada.
- (8) As actuais disposições contra a *Tilletia indica* Mitra devem ser alteradas para ter em conta informações actualizadas sobre a presença deste organismo prejudicial no Irão.
- (9) Por conseguinte, é conveniente alterar a Directiva 2000/29/CE.
- (10) As medidas previstas na presente directiva estão em conformidade com o parecer do Comité Fitossanitário Permanente,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

Os anexos I, II, III, IV e V da Directiva 2000/29/CE são alterados em conformidade com o anexo da presente directiva.

Artigo 2.º

1. Os Estados-Membros porão em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva o mais tardar em 20 de Abril de 2004. Comunicarão imediatamente à Comissão o texto dessas disposições e um quadro de correspondência entre as referidas disposições e a presente directiva.

Sempre que os Estados-Membros adoptarem tais disposições, estas incluirão uma referência à presente directiva ou serão acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência serão adoptadas pelos Estados-Membros.

2. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão o texto das principais disposições de direito interno que adoptarem no domínio abrangido pela presente directiva.

⁽¹⁾ JO L 169 de 10.7.2000, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/116/CE da Comissão (JO L 321 de 6.12.2003, p. 36).

Artigo 3.º

A presente directiva entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em Bruxelas, em 17 de Março de 2004.

Pela Comissão
David BYRNE
Membro da Comissão

ANEXO

Os anexos I, II, III, IV e V da Directiva 2000/29/CE são alterados do seguinte modo:

1. Na parte B, alínea b), do anexo I, o ponto 1 passa a ter a seguinte redacção:

«1. Beet necrotic yellow vein virus	DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte)»
-------------------------------------	---

2. Na parte B, alínea b), do anexo II, o ponto 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al.	Partes de vegetais, com excepção dos frutos, sementes e plantas destinadas à plantação mas incluindo pólen viável para polinização de <i>Amelanchier</i> Med., <i>Chaenomeles</i> Lindl., <i>Cotoneaster</i> Ehrh., <i>Crataegus</i> L., <i>Cydonia</i> Mill., <i>Eriobotrya</i> Lindl., <i>Malus</i> Mill., <i>Mespilus</i> L., <i>Photinia davidiana</i> (Dcne.) Cardot, <i>Pyracantha</i> Roem., <i>Pyrus</i> L. e <i>Sorbus</i> L.	E, F (Córsega), IRL, I (Abruzzi; Apulia; Basilicata; Calabria; Campania; Emilia-Romagna: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Friuli-Venezia Giulia; Lazio; Liguria; Lombardia; Marche; Molise; Piemonte; Sardenha; Sicília; Trentino-Alto Adige: província autónoma de Trento; Toscânia; Umbria; Valle d'Aosta; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesso Umbertino, Castelguglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Stienta, Gaiba, Salara e, na província de Padova, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani, Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), A [Burgenland, Kärnten, Niederösterreich, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Steiermark, Viena], P, FI, UK (Irlanda do Norte, Ilha de Man e Ilhas Anglo-Normandas)»
--	--	---

3. O anexo III é alterado do seguinte modo:

a) Na coluna da direita do ponto 15 da parte A, o texto passa a ser o seguinte:

«Países terceiros, com excepção da Suíça»;

b) Na parte B, o ponto 1 passa a ter a seguinte redacção:

«1. Sem prejuízo, se for caso disso, das proibições aplicáveis aos vegetais constantes da parte A, pontos 9, 9.1 e 18, do anexo III, vegetais e pólen vivo para polinização de <i>Amelanchier</i> Med., <i>Chaenomeles</i> Lindl., <i>Crataegus</i> L., <i>Cydonia</i> Mill., <i>Eriobotrya</i> Lindl., <i>Malus</i> Mill., <i>Mespilus</i> L., <i>Pyracantha</i> Roem., <i>Pyrus</i> L. e <i>Sorbus</i> L., com excepção dos frutos e sementes, originários de países terceiros, com excepção da Suíça e dos países reconhecidos como indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al., em conformidade com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º, e daqueles em que zonas indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al. tenham sido estabelecidas, em conformidade com as normas internacionais pertinentes relativas às medidas fitossanitárias, e reconhecidas como tal de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º	E, F (Córsega), IRL, I (Abruzzi; Apulia; Basilicata; Calabria; Campania; Emilia-Romagna: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Friuli-Venezia Giulia; Lazio; Liguria; Lombardia; Marche; Molise; Piemonte; Sardenha; Sicília; Trentino-Alto Adige: província autónoma de Trento; Toscânia; Umbria; Valle d'Aosta; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesso Umbertino, Castelguglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Stienta, Gaiba, Salara e, na província de Padova, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani, Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), A [Burgenland, Kärnten, Niederösterreich, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Steiermark, Viena], P, FI, UK (Irlanda do Norte, Ilha de Man e Ilhas Anglo-Normandas)
--	--

<p>2. Sem prejuízo, se for caso disso, das proibições aplicáveis aos vegetais constantes da parte A, pontos 9, 9.1 e 18, do anexo III, vegetais e pólen vivo para polinização de <i>Cotoneaster</i> Ehrh. e <i>Photinia davidiana</i> (Dcne.) Cardot, com excepção dos frutos e sementes, originários de países terceiros, com excepção dos reconhecidos como indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al., em conformidade com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º; e daqueles em que zonas indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al. tenham sido estabelecidas, em conformidade com as normas internacionais pertinentes relativas às medidas fitossanitárias, e reconhecidas como tal de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º</p>	<p>E, F (Córsega), IRL, I (Abruzzi; Apulia; Basilicata; Calabria; Campania; Emilia-Romagna: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Friuli-Venezia Giulia; Lazio; Liguria; Lombardia; Marche; Molise; Piemonte; Sardenha; Sicília; Trentino-Alto Adige: província autónoma de Trento; Toscana; Umbria; Valle d'Aosta; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesso Umbertiano, Castelguglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Stienta, Gaiba, Salara e, na província de Padova, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani, Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), A [Burgenland, Kärnten, Niederösterreich, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Steiermark, Viena], P, FI, UK (Irlanda do Norte, Ilha de Man e Ilhas Anglo-Normandas)»</p>
---	--

4. O anexo IV é alterado do seguinte modo:

- a) A secção I da parte A é alterada do seguinte modo:
- i) na coluna da esquerda do ponto 53, é inserido o texto «, Irão»,
 - ii) na coluna da esquerda do ponto 54, é inserido o texto «, Irão»;
- b) A parte B é alterada do seguinte modo:
- i) na coluna da direita do ponto 20.1, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte)»,
 - ii) na coluna da direita do ponto 20.2, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte)».
 - iii) O ponto 21 passa a ter a seguinte redacção:

<p>«21. Vegetais e pólen vivo para polinização de <i>Amelanchier</i> Med., <i>Chaenomeles</i> Lindl., <i>Cotoneaster</i> Ehrh., <i>Crataegus</i> L., <i>Cydonia</i> Mill., <i>Eriobotrya</i> Lindl., <i>Malus</i> Mill., <i>Mespilus</i> L., <i>Photinia davidiana</i> (Dcne.) Cardot, <i>Pyracantha</i> Roem., <i>Pyrus</i> L. e <i>Sorbus</i> L., com excepção dos frutos e sementes</p>	<p>Sem prejuízo, se for caso disso, das proibições aplicáveis aos vegetais constantes da parte A, pontos 9, 9.1 e 18, do anexo III e da parte B, pontos 1 e 2, do anexo III, declaração oficial de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os vegetais são originários de países terceiros reconhecidos como indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al. de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º; ou b) Os vegetais são originários de zonas indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. et al. estabelecidas em conformidade com as normas internacionais pertinentes relativas às medidas fitossanitárias, e reconhecidas como tal de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º; ou c) Os vegetais são originários de um dos seguintes cantões da Suíça: Berna (com excepção dos distritos de Signau e Trachselwald), Fribourg, Grisons, Ticino, Vaud e Valais; ou 	<p>E, F (Córsega), IRL, I (Abruzzi; Apulia; Basilicata; Calabria; Campania; Emilia-Romagna: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Friuli-Venezia Giulia; Lazio; Liguria; Lombardia; Marche; Molise; Piemonte; Sardenha; Sicília; Trentino-Alto Adige: província autónoma de Trento; Toscana; Umbria; Valle d'Aosta; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesso Umbertiano, Castelguglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Stienta, Gaiba, Salara e, na província de Padova, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani, Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), A [Burgenland, Kärnten, Niederösterreich, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Steiermark, Viena], P, FI, UK (Irlanda do Norte, Ilha de Man e Ilhas Anglo-Normandas)»</p>
--	---	--

- d) Os vegetais são originários das zonas protegidas constantes da coluna da direita;
- ou
- e) Os vegetais foram produzidos ou, no caso de serem transportados para uma “zona tampão”, mantidos e tratados por um período de pelo menos sete meses, incluindo o intervalo de 1 de Abril a 31 de Outubro do último ciclo vegetativo completo, num campo:
- aa) Situado 1 km, pelo menos, aquém dos limites de uma “zona tampão” oficialmente designada com 50 km², no mínimo, em que os vegetais hospedeiros sejam submetidos a um regime de controlo oficialmente aprovado e supervisionado, estabelecido pelo menos antes do início do ciclo vegetativo completo anterior ao último ciclo vegetativo completo e destinado a minimizar o risco de propagação de *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl *et al.* a partir dos vegetais ali produzidos. Uma descrição pormenorizada dessa “zona tampão” será mantida à disposição da Comissão e dos outros Estados-Membros. Uma vez estabelecida a “zona tampão”, a área exterior ao campo e a uma faixa de terreno circundante de 500 m de largura deve ser inspeccionada oficialmente pelo menos uma vez depois do início do último ciclo vegetativo completo, no momento mais adequado, devendo ser imediatamente retirados todos os vegetais que apresentem sintomas da presença de *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl *et al.* Os resultados dessas inspeções serão transmitidos todos os anos à Comissão até 1 de Maio e aos outros Estados-Membros;
- e
- bb) Que tenha sido oficialmente aprovado, da mesma forma que a “zona tampão”, antes do início do ciclo vegetativo completo anterior ao último ciclo vegetativo completo, para a cultura de vegetais em conformidade com as exigências previstas no presente ponto; e
- cc) Que tenha sido declarado, da mesma forma que uma faixa de terreno circundante com pelo menos 500 m de largura, indemne de *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl *et al.* desde o início do último ciclo vegetativo completo, em resultado de inspeções oficiais efectuadas, pelo menos:
- duas vezes no próprio campo, no momento mais adequado, isto é, uma vez de Junho a Agosto e outra de Agosto a Novembro, e
 - uma vez na faixa de terreno circundante, no momento mais adequado, isto é, de Agosto a Novembro; e

	<p>dd) Do qual tenham sido testados oficialmente vegetais, para detecção de infeções latentes, segundo um método laboratorial adequado e em amostras oficialmente colhidas no momento mais adequado.</p> <p>Entre 1 de Abril de 2004 e 1 de Abril de 2005, estas disposições não serão aplicáveis a vegetais transportados para as zonas protegidas e no seu interior, enumeradas na coluna da direita, que tenham sido produzidos e tratados em campos situados em “zonas tampão” oficialmente designadas em conformidade com os requisitos pertinentes aplicáveis antes de 1 de Abril de 2004.</p>	
--	--	--

iv) o ponto 21.1 é suprimido,

v) é inserido um novo ponto 21.3 antes do ponto 22:

<p>«21.3. De 15 de Março a 30 de Junho, colmeias</p>	<p>Existência de documentos comprovativos de que as colmeias:</p> <p>a) São originárias de países terceiros reconhecidos como indemnes de <i>Erwinia amylovora</i> (Burr.) Winsl. <i>et al.</i>, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 18.º;</p> <p>ou</p> <p>b) São originárias de um dos seguintes cantões da Suíça: Berna (com excepção dos distritos de Signau e Trachselwald), Fribourg, Grisons, Ticino, Vaud e Valais;</p> <p>ou</p> <p>c) São originárias das zonas protegidas constantes da coluna da direita;</p> <p>ou</p> <p>d) Foram sujeitas a uma medida de quarentena adequada, antes do transporte</p>	<p>E, F (Córsega), IRL, I (Abruzzi; Apulia; Basilicata; Calabria; Campania; Emilia-Romagna: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Friuli-Venezia Giulia; Lazio; Liguria; Lombardia; Marche; Molise; Piemonte; Sardenha; Sicília; Trentino-Alto Adige: província autónoma de Trento; Toscana; Umbria; Valle d'Aosta; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesso Umbertiano, Castelguglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Stienta, Gaiba, Salara e, na província de Padova, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani, Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), A [Burgenland, Kärnten, Niederösterreich, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Steiermark, Viena], P, FI, UK (Irlanda do Norte, Ilha de Man e Ilhas Anglo-Normandas)»</p>
--	--	--

vi) na coluna da direita do ponto 22, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte);»

vii) na coluna da direita do ponto 23, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte);»

viii) na coluna da direita do ponto 25, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte);»

ix) na coluna da direita do ponto 26, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte);»

x) na coluna da direita do ponto 27.1, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte);»

xi) na coluna da direita do ponto 27.2, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte);»

xii) na coluna da direita do ponto 30, o texto passa a ser o seguinte:

«DK, F (Bretanha), FI, IRL, P (Açores), UK (Irlanda do Norte).»

5. Nos pontos 1 e 8 da rubrica I da parte B do anexo V é inserido o texto «, Irão» depois de «Índia».

DIRECTIVA 2004/32/CE DA COMISSÃO
de 17 de Março de 2004

que altera a Directiva 2001/32/CE no que diz respeito a determinadas zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2000/29/CE do Conselho, de 8 de Maio de 2000, relativa às medidas de protecção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade ⁽¹⁾ e, nomeadamente, o n.º 1, primeiro parágrafo, da alínea h), do seu artigo 2.º,

Tendo em conta os pedidos emanados da Irlanda, da Itália, da Áustria e da Suécia,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do disposto na Directiva 2001/32/CE da Comissão, de 8 de Maio de 2001, que reconhece zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos e que revoga a Directiva 92/76/CEE ⁽²⁾, a Irlanda e determinadas regiões da Itália e da Áustria foram provisoriamente reconhecidas como zonas protegidas no que respeita à *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al., por um período que termina em 31 de Março de 2004.
- (2) Das informações fornecidas pela Irlanda e pela Áustria, recolhidas com base nos estudos realizados, conclui-se que o reconhecimento provisório das zonas protegidas nestes dois países no que se refere à *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al. deve continuar a vigorar por um novo período limitado.
- (3) Das informações fornecidas pela Itália, recolhidas com base nos estudos realizados, conclui-se que certas regiões deste país devem deixar de ser reconhecidas como zonas protegidas relativamente à *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al., devendo outras regiões ser reconhecidas como zonas protegidas relativamente à *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al. por um novo período limitado.
- (4) Nos termos do disposto na Directiva 2001/32/CE, certas regiões da Suécia foram reconhecidas provisoriamente como zonas protegidas relativamente ao Beet necrotic yellow vein virus por um período que termina em 31 de Março de 2004.
- (5) Das informações fornecidas pela Suécia, recolhidas com base nos estudos realizados, conclui-se que essas regiões da Suécia devem deixar de ser reconhecidas como zonas protegidas relativamente ao Beet necrotic yellow vein virus.

(6) A Directiva 2001/32/CE deve, pois, ser alterada em conformidade.

(7) As medidas previstas na presente directiva estão em conformidade com o parecer do Comité Fitossanitário Permanente,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

A Directiva 2001/32/CE é alterada da seguinte forma:

1. O artigo 1.º é alterado do seguinte modo:

a) O segundo parágrafo passa a ter a seguinte redacção:

«No caso da alínea b) do ponto 2 do anexo, relativamente à Irlanda, à Itália (Apúlia, Emília-Romanha: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Lombardia; Trentino-Alto Adige: província autónoma de Trento; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesso Umbertiano, Castelvuglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Stienta, Gaiba e Salara e, na província de Pádua, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani e Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), e à Áustria [Burgenland, Caríntia, Baixa Áustria, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Estíria, Viena], as zonas enumeradas são reconhecidas até 31 de Março de 2006.»;

b) O terceiro parágrafo é suprimido.

2. O anexo é alterado nos termos do anexo da presente directiva.

Artigo 2.º

1. Os Estados-Membros adoptarão e publicarão, o mais tardar até 20 de Abril de 2004, as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva. Comunicarão imediatamente à Comissão o texto das disposições e o quadro de correlação entre essas disposições e as disposições da presente directiva.

⁽¹⁾ JO L 169 de 10.7.2000, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/116/CE da Comissão (JO L 321 de 6.12.2003, p. 36).

⁽²⁾ JO L 127 de 9.5.2001, p. 38. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/46/CE (JO L 138 de 5.6.2003, p. 45).

Os Estados-Membros aplicarão essas disposições a partir de 21 de Abril de 2004.

Sempre que os Estados-Membros adoptarem tais disposições, estas incluirão uma referência à presente directiva ou serão acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência serão adoptadas pelos Estados-Membros.

2. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão o texto das disposições de direito nacional que adoptarem no domínio regido pela presente directiva.

Artigo 3.º

A presente directiva entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Feito em Bruxelas, em 17 de Março de 2004.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

ANEXO

1. No ponto 2 da alínea b), o texto da coluna direita é substituído pelo seguinte texto:

«Espanha, França (Córsega), Irlanda, Itália (Abruzo; Apúlia; Basilicata; Calábria; Campânia; Emília-Romanha: províncias de Forlì-Cesena, Parma, Piacenza e Rimini; Friul-Venécia Júlia; Lácio; Ligúria; Lombardia; Marche; Molise; Piemonte; Sardenha; Sicília; Trentino-Alto Adige; província autónoma de Trento; Toscana; Úmbria; Vale de Aosta; Veneto: excepto, na província de Rovigo, os municípios de Rovigo, Polesella, Villamarzana, Fratta Polesine, San Bellino, Badia Polesine, Trecenta, Ceneselli, Pontecchio Polesine, Arquà Polesine, Costa di Rovigo, Occhiobello, Lendinara, Canda, Ficarolo, Guarda Veneta, Frassinelle Polesine, Villanova del Ghebbo, Fiesse Umbertino, Castelguglielmo, Bagnolo di Po, Giacciano con Baruchella, Bosaro, Canaro, Lusina, Pincara, Sienta, Gaiba e Salara e, na província de Pádua, os municípios de Castelbaldo, Barbona, Piacenza d'Adige, Vescovana, S. Urbano, Boara Pisani e Masi e, na província de Verona, os municípios de Palù, Roverchiara, Legnago, Castagnaro, Ronco all'Adige, Villa Bartolomea, Oppeano, Terrazzo, Isola Rizza e Angiari), Áustria [Burgenland, Caríntia, Baixa Áustria, Tirol (distrito administrativo de Lienz), Estíria, Viena], Portugal, Finlândia, Reino Unido (Irlanda do Norte, ilha de Man e ilhas do Canal)»

2. No ponto 1 da alínea d), o texto da coluna direita é substituído pelo seguinte texto:

«Dinamarca, França (Bretanha), Irlanda, Portugal (Açores), Finlândia, Reino Unido (Irlanda do Norte)»

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

CONSELHO

Informação relativa à data de entrada em vigor do Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e a antiga República jugoslava da Macedónia

O Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a antiga República jugoslava da Macedónia, por outro, assinado no Luxemburgo em 9 de Abril de 2001 ⁽¹⁾, entrará em vigor em 1 de Abril de 2004, nos termos do artigo 4.º do acordo, uma vez que o último instrumento de ratificação ou aprovação foi depositado em 25 de Fevereiro de 2004.

⁽¹⁾ JO L 84 de 20.3.2004.

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 1 de Outubro de 2003

relativa ao auxílio estatal que a Alemanha pretende conceder à Frenzel Kyffhäuser Tiefkühlkost GmbH

[notificada com o número C(2003) 3383]

(Apenas faz fé o texto em língua alemã)

(2004/272/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 88.º,

Tendo em conta o Acordo sobre o Espaço Económico Europeu e, nomeadamente, o n.º 1, alínea a), do seu artigo 62.º,

Após ter convidado as partes interessadas a apresentarem as suas observações nos termos dos referidos artigos (1),

Considerando o seguinte:

I. PROCEDIMENTO

- (1) Por carta de 5 de Dezembro de 1997, recebida em 10 de Dezembro de 1997, a Alemanha notificou à Comissão, em conformidade com o n.º 3 do artigo 88.º, vários auxílios a favor da Kyffhäuser Tiefkühlkost GmbH. Foram fornecidas informações suplementares à Comissão por cartas de 7 de Abril de 1998, recebida em 14 de Abril de 1998, de 20 de Outubro de 1998, recebida em 26 de Outubro de 1998, de 9 de Fevereiro de 1999, recebida em 12 de Fevereiro de 1999, de 13 de Agosto de 1999, recebida em 24 de Agosto de 1999, por duas cartas de 22 de Novembro de 1999, recebidas em 25 de Novembro e 26 de Novembro de 1999, assim como por cartas de 17 de Agosto de 2000, recebida em 22 de Agosto de 2000, e de 29 de Novembro de 2000, recebida em 5 de Dezembro de 2000.
- (2) Por carta de 8 de Fevereiro de 2001, a Comissão informou a Alemanha da sua decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º relativamente ao referido auxílio.

- (3) A decisão da Comissão de dar início ao procedimento foi publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2). A Comissão convidou as partes interessadas a apresentarem as suas observações relativas ao auxílio em causa.

- (4) A Comissão não recebeu observações a este respeito das partes interessadas. A Alemanha transmitiu as suas observações à Comissão por fax de 12 de Abril de 2001, recebido em 17 de Abril de 2001. Por carta de 18 de Julho de 2003, recebida em 24 de Julho de 2003, foram fornecidas informações suplementares à Comissão.

II. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DO AUXÍLIO

1. Denominação do auxílio

- (5) Garantia a favor de uma empresa de transformação de produtos hortícolas.

2. Base jurídica

- (6) A Alemanha comunicou que estava previsto conceder o auxílio ao abrigo da directiva do Estado livre da Turíngia relativa ao sector industrial e às profissões liberais, de 8 de Novembro de 1995. A Comissão aprovou este regime de auxílio por carta SG(96) D/11696 de 27 de Dezembro de 1996 (3). Na decisão relativa à aprovação do auxílio, a Comissão chama a atenção para o facto de o regime não poder ser aplicado às empresas que produzem, transformam ou comercializam produtos constantes do anexo I do Tratado CE. Por esse motivo, a medida foi notificada à Comissão como auxílio individual.

(1) JO C 320 de 15.11.2001, p. 12.

(2) Ver nota de pé-de-página 1.

(3) Auxílio 117/96.

3. Beneficiário

- (7) O beneficiário do auxílio é a empresa Frenzel Kyffhäuser Tiefkühlkost GmbH. A empresa fabrica produtos congelados e transforma, nomeadamente, produtos hortícolas e batatas. A sede da empresa situa-se na região de Artern, que faz parte das regiões do objectivo 1.

4. Objectivo do auxílio

- (8) O auxílio deve permitir ao beneficiário adquirir uma unidade de produção em Ringleben (Turíngia). A unidade de produção procede à transformação dos produtos hortícolas e engloba várias linhas de transformação, assim como um sistema de refrigeração com ventilação das batatas e dois congeladores. O preço de compra dos edifícios e do material eleva-se a 3 016 622 euros. O investimento não tem por efeito aumentar a capacidade de produção.
- (9) O beneficiário solicitou os seguintes empréstimos para este investimento:

Empréstimo	Condições	Montante do empréstimo
I. ERP-Aufbau-programm ⁽¹⁾	Contrato celebrado em 22.12.1997; prazo termina em 30.9.2017; amortização por prestações semestrais de 45 114 euros a partir de 28.2.2001; última prestação num montante de 45 102 euros; taxa de juro fixa de 4,75 % por ano relativamente ao conjunto do período de validade.	1 533 876 euros (*)
II. KfW-Mittelstands-programm ⁽²⁾	Contrato celebrado em 22.12.1997; prazo termina em 31.12.2005; amortização por prestações semestrais de 31 956 euros a partir de 30.6.2000; taxa de juro fixa de 4,75 % por ano relativamente ao conjunto do período de validade. Taxa administrativa de 2 %, a pagar uma só vez; prémio de 4 %; prémio de risco de 2 %.	383 469 euros
III. Empréstimo do banco da empresa (Caixa de Depósitos Döbeln)	Contrato celebrado em 8.12.1997; prazo termina em 20.12.2007; amortização por prestações mensais de 10 737 euros a partir de 31.1.1998; taxa de juro fixa de 6,5 % por ano até 30.12.2004; taxa administrativa de 5 113 euros, a pagar uma só vez.	945 890 euros
Total		2 863 235 euros

(*) Os montantes foram todos aritmeticamente arredondados com base na conversão em euros.

(1) Regime de auxílio aprovado pela Comissão (auxílio N 563/94).

(2) Regime de auxílio aprovado pela Comissão (auxílio N 24/96).

5. Natureza do auxílio

- (10) O Thüringer Aufbaubank garantiu os empréstimos supracitados na proporção de 65 % do montante do empréstimo, com uma cláusula de acesso prioritário às garantias fixadas. O empréstimo foi pago em 31 de Dezembro de 1997. A garantia foi concedida concomitantemente e sob reserva de aprovação da Comissão.
- (11) Foram fixadas as seguintes garantias:
- 2 863 235 euros de hipotecas de base sobre os activos imobiliários de Ringleben,
 - transferência de garantias sobre as máquinas,

- garantia solidária limitada, em nome do senhor Frenzel, sócio gerente da empresa,
 - cessão dos direitos de pagamento adquiridos pelo senhor Frenzel a título de um seguro de vida, num montante de 511 292 euros.
- (12) A garantia originou os seguintes custos:
- taxa administrativa correspondente a 0,375 % das obrigações inerentes à garantia, a pagar uma só vez,
 - retribuição a título da garantia correspondente a 0,75 % das obrigações inerentes à garantia
- (13) A Alemanha indicou que, não obstante as garantias constituídas, a empresa não podia, pelos motivos expostos em seguida, emprestar nas condições normais do mercado livre sem constituir uma garantia suplementar: localização da empresa (região da Turíngia setentrional onde se verifica, desde a reunificação da Alemanha, um número de falências superior à média), carácter específico dos activos (em caso de insolvência é necessário encontrar um investidor privado que esteja disposto a adquiri-los), assim como prática bancária em matéria de avaliação das existências de produtos alimentares.
- (14) No que se refere à situação financeira da empresa, as autoridades alemãs indicaram que o volume de negócios e o *cash flow* da empresa aumentaram constantemente entre 1994 e 1996, mas que a parte de capitais próprios da empresa é limitada (4,3 % em Dezembro de 1996) e considerada reduzida pela própria empresa e pelos mutuantes. Na opinião das autoridades alemãs, não se pode considerar que a empresa tenha dificuldades financeiras.

6. Intensidade do auxílio

- (15) A Alemanha comunicou o seguinte quadro para o cálculo do valor actualizado correspondente aos empréstimos concedidos:

Empréstimo	Montante do empréstimo	Equivalente subvenção
I. ERP-Aufbauprogramm	1 533 876 euros	99 912 euros
II. KfW-Mittelstandsprogramm	383 469 euros	13 487 euros
III. Empréstimo do banco da empresa	945 890 euros	—
Total	2 863 235 euros	113 399 euros

- (16) O valor da garantia para 1 861 103 euros (= 65 % de 2 863 235 euros, montante do empréstimo) corresponde, na opinião das autoridades alemãs, a um equivalente subvenção de 9 306 euros (= 0,5 % de 1 861 103 euros). A Alemanha justifica este valor com base numa margem de 0,5 % — 2 %, aceite pela Comissão como taxa de auxílio para as empresas viáveis no processo N 117/96 [carta de 27 de Dezembro de 1996, SG (96)D/11696]. Numa outra carta de 11 de Novembro de 1998 (D/54570), a Comissão aceitou uma taxa de auxílio de 0,5 % para as empresas que não têm dificuldades financeiras.

7. Período de validade da garantia

- (17) No respeitante ao período de validade da garantia, a Alemanha comunicou à Comissão as seguintes informações:

Empréstimo	Período de validade máximo da garantia
I. ERP-Aufbauprogramm	31.3.2013
II. KfW-Mittelstandsprogramm	31.3.2006
III. Empréstimo do banco da empresa	31.3.2008

III. RAZÕES QUE LEVARAM AO INÍCIO DO PROCEDIMENTO

- (18) É necessário fazer uma distinção entre os empréstimos e a garantia concedida para os empréstimos.

1. Injunção para prestação de informações respeitantes aos empréstimos

- (19) Os dois empréstimos I e II foram concedidos com base em dois regimes de auxílio aprovados pela Comissão (ver notas de pé-de-página 4 e 5). À luz das informações de que dispunha, a Comissão não excluiu que os dois regimes de auxílio mencionados pela Alemanha pudessem dizer respeito a sectores vulneráveis (incluindo a agricultura). Atendendo a estas incertezas e em conformidade com o acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no processo C 47/91 ⁽⁴⁾, a Comissão considerou necessário convidar formalmente a Alemanha a comunicar-lhe, no prazo de um mês, todos os documentos, as informações e os dados necessários para lhe permitir estabelecer se os empréstimos são efectivamente abrangidos pelos regimes de auxílio autorizados.

2. Objecções da Comissão quanto à garantia

- (20) Pelos motivos expostos em seguida, a Comissão emitiu dúvidas quanto à compatibilidade da garantia com o mercado comum.
- (21) Em conformidade com o ponto 5.2 da comunicação da Comissão sobre a aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob forma de garantias ⁽⁵⁾, a Comissão verifica os auxílios sob forma de garantias com base nas mesmas regras que as aplicáveis aos regimes de auxílio de outra natureza. As informações disponíveis não permitiam estabelecer com clareza se o beneficiário era ou não uma empresa em dificuldade. Em consequência, também não era certo em que base jurídica era necessário fundamentar-se para avaliar o auxílio: as orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade ⁽⁶⁾ (a seguir denominadas «orientações relativas à reestruturação») ou as orientações comunitárias para os auxílios estatais no sector agrícola ⁽⁷⁾ (a seguir denominadas «orientações comunitárias no sector agrícola»).
- (22) A Comissão tinha dúvidas se o auxílio notificado preenchia todas as condições das orientações relativas à reestruturação. Em especial, a Alemanha não tinha comunicado planos de reestruturação da empresa. Além disso, não era claro em que medida podiam ser evitadas distorções de concorrência e em que consistia a contribuição própria do beneficiário. Acresce que as novas orientações comunitárias dos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade ⁽⁸⁾ de 1999 excluem os auxílios às empresas recentemente criadas.
- (23) A Comissão tinha igualmente dúvidas quanto ao facto de saber se o auxílio preenchia ou não todas as condições do ponto 4.2 das orientações comunitárias no sector agrícola (investimentos para a melhoria da transformação e da comercialização de produtos agrícolas). Não era, designadamente, possível determinar se era respeitado o limite fixado quanto à intensidade do auxílio, já que o cálculo em equivalente subvenção com base nas informações disponíveis se revelava difícil e que os dados comunicados pela Alemanha à Comissão não se afiguravam justificados. Por outro lado, a Alemanha não tinha fornecido à Comissão as informações que teriam permitido verificar o respeito das outras condições referidas no ponto 4.4 das orientações comunitárias no sector agrícola.
- (24) A Comissão tinha igualmente dúvidas quanto ao facto de saber se o auxílio notificado continha elementos em benefício do mutuante. Não era designadamente claro se o *Land* da Turíngia passava a assumir um risco que, até a essa data, tinha sido assumido gratuitamente pelo banco. Um auxílio desta natureza teria de ser, pura e simplesmente, considerado um auxílio ao funcionamento, incompatível com o mercado comum.

⁽⁴⁾ Italgrani/Comissão de 5 de Outubro de 1994, Col. 1994, p. I-4635.

⁽⁵⁾ JO C 71 de 11.3.2000, p. 14.

⁽⁶⁾ JO C 283 de 19.9.1997. Dado que o auxílio foi notificado antes de 30 de Abril 2000, ver JO C 288 de 9.10.1999, alterado pelo JO C 121 de 29.4.2000.

⁽⁷⁾ JO C 232 de 12.8.2000, p. 17.

⁽⁸⁾ JO C 288 de 9.10.1999, p. 2.

IV. OBSERVAÇÕES DA ALEMANHA

- (25) A Alemanha não respondeu à injunção de comunicar informações (ver secção III.1).
- (26) A Alemanha comunicou que a empresa beneficiária nunca tinha registado dificuldades financeiras. Assinalou, designadamente, que não se tratava de continuar a fazer funcionar uma empresa em situação de insolvência. A Alemanha comunicou à Comissão os seguintes dados, constantes da contabilidade da empresa, em cuja base, na sua opinião, a empresa não podia ser classificada, no respeitante ao período de 1997-1999, como empresa em dificuldade na aceção das orientações relativas à reestruturação.

Dados do balanço	1999	1998	1997 (*)
Volume de negócios	6 149 307 euros	3 136 264 euros	887 603 euros
Resultado anual	161 568 euros	11 248 euros	3 579 euros
Cash flow	436 132 euros	- 585 429 euros (**)	49 084 euros
Capital próprio	219 344 euros	77 205 euros	55 220 euros

(*) Exercício incompleto.

(**) Nesse ano, um incêndio provocou uma importante diminuição do *cash flow*.

- (27) Por carta de 18 de Julho de 2003, a Alemanha comunicou igualmente à Comissão dados actuais do balanço da empresa que, na sua opinião, mostram que a empresa não tem dificuldades financeiras, incluindo hoje em dia. A Alemanha transmitiu à Comissão os dados seguintes que tirou da contabilidade da empresa.

Dados do balanço	2000	2001	2002 (*)
Volume de negócios	5 941 000 euros	5 758 000 euros	6 598 000 euros
Resultado anual	26 000 euros	23 000 euros	65 000 euros
Cash flow	632 000 euros	556 000 euros	402 000 euros
Capital próprio	256 000 euros	258 000 euros	353 000 euros

(*) Contas anuais provisórias.

- (28) A Alemanha completou a sua posição com base no enquadramento dos auxílios estatais relativos aos investimentos no sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas ⁽⁹⁾, assim como na decisão da Comissão de 22 de Março de 1994, relativa ao estabelecimento dos critérios de escolha a ter em conta para os investimentos respeitantes ao melhoramento das condições de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas e que revoga a Decisão 90/342/CEE ⁽¹⁰⁾. Na opinião da Alemanha, o auxílio satisfaz as condições destas disposições jurídicas.
- (29) Por carta de 18 de Julho de 2003, a Alemanha comunicou informações complementares à Comissão que lhe deviam permitir verificar o respeito das condições das linhas directrizes da Comunidade relativas aos auxílios estatais no sector agrícola ⁽¹¹⁾.
- (30) No respeitante à intensidade do auxílio, a Alemanha apresentou as observações seguintes:

⁽⁹⁾ JO C 29 de 2.2.1996, p. 4.

⁽¹⁰⁾ JO L 79 de 23.3.1994, p. 29.

⁽¹¹⁾ Ver a nota de pé-de-página 7.

- (31) Os equivalentes subvenção do empréstimo deveriam ser calculados do seguinte modo:

Empréstimo	Taxas de juro nominais	Taxas de juro efectivas	Equivalente subvenção com base nas taxas de juro efectivas
I. ERP-Aufbauprogramm	4,75 %	4,84 %	88 044 euros
II. KfW-Mittelstandsprogramm	4,75 %	5,65 %	—
III. Empréstimo do banco da empresa	6,5 %	Nenhuns dados	—
Total			88 044 euros

As diferenças entre a taxa de juro nominal e a taxa de juro efectiva devem-se, na opinião das autoridades alemãs, à tomada em consideração das taxas bancárias e do prémio de 2 %, que resulta numa taxa de juro efectiva (a que a empresa deve pagar) superior à taxa de juro nominal. A Alemanha considera que o empréstimo II (KfW) não constitui um auxílio na acepção do artigo 87.º do Tratado CE, atendendo ao facto de a taxa de juro efectiva ser superior à taxa de referência da Comissão (5,54 %).

- (32) Na opinião da Alemanha, o equivalente subvenção da garantia deve, em contrapartida, continuar a ser calculado como indicado na secção II.6. A Alemanha não comunicou à Comissão novas informações nesta matéria.
- (33) Atendendo aos elementos expostos acima, a intensidade (cumulada) do auxílio deve ser calculada do seguinte modo: a soma dos equivalentes subvenção correspondente aos empréstimos e à garantia cifra-se em 97 350 euros. Em relação às despesas totais elegíveis, cujo montante é de 3 016 622 euros, a intensidade (cumulada) do auxílio é, pois, de 3,23 %.
- (34) A Alemanha indicou igualmente que não existe qualquer elemento de auxílio a favor do mutuante. Não se trata de uma garantia constituída posteriormente a título de um crédito já concedido, mas de uma avaliação do montante dos créditos com base numa garantia já constituída. A proposta de garantia teria sido feita ao mutuante em 21 de Novembro de 1997 e a sua validade teria sido expressamente submetida à aprovação da Comissão. Os contratos de crédito entre o mutuante e o beneficiário datam de 22 de Novembro de 1997. Os contratos de crédito do banco da empresa contêm, na secção «garantias de crédito», disposições relativas à garantia de execução (na proporção de 65 %) concedida pelo Thüringer Aufbaubank. Com base nestes contratos de crédito e na garantia («provisoriamente inoperante»), o mutuante aceitou uma avaliação provisória do montante dos empréstimos. Um motivo determinante para proceder deste modo residiu no facto de o período de validade do preço de compra ser muito limitado, assim como na obrigação de iniciar a actividade comercial. Sem a avaliação provisória dos créditos, o beneficiário teria corrido o risco de perder a ligação ao mercado e de ver comprometido todo o conceito empresarial. Na opinião da Alemanha, a autorização da garantia enquanto auxílio estatal não foi contestada pelo mutuante no momento da avaliação do crédito, e apenas correspondeu a uma antecipação da aprovação por parte da Comissão. Do ponto de vista das partes no contrato de crédito, o financiamento do projecto de investimento não tinha, portanto, sido totalmente finalizado nessa altura.

V. APRECIACÃO DO AUXÍLIO

- (35) Parte-se do princípio de que a medida diz respeito tanto ao sector dos produtos hortícolas como ao sector da batata. As batatas constam do anexo I do Tratado, mas não são objecto de uma organização comum de mercado. Em consequência, no respeitante à parte do auxílio que diz respeito às batatas, a Comissão deve, em conformidade com o artigo 36.º do Tratado CE e com o artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 26, relativo à aplicação de determinadas regras de concorrência à produção e ao comércio de produtos agrícolas⁽¹²⁾, observar o processo previsto nos n.ºs 1 e 3, primeira frase, do artigo 88.º do Tratado CE, em cujos termos só pode formular propostas relativas a compatibilidade de uma medida com a política comunitária. Em contrapartida, no que se refere à parte do auxílio que diz respeito ao sector dos produtos hortícolas, as regras de concorrência e as disposições em matéria de auxílios estatais são aplicáveis na sua íntegra⁽¹³⁾.

⁽¹²⁾ JO 30 de 20.4.1962, p. 993/62.

⁽¹³⁾ Ver o artigo 43.º do Regulamento (CE) n.º 2200/96 do Conselho, de 28 de Outubro de 1996, que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas (JO L 297 de 21.11.1996, p. 1).

1. Aplicabilidade dos regimes de auxílio N 563C/94 e NN 24/96 no sector agrícola

- (36) Os dois regimes de auxílio dizem respeito a auxílios regionais. Após a entrada em vigor das orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional ⁽¹⁴⁾ (a seguir denominadas «orientações regionais») de 1998, a Alemanha garantiu, na sua comunicação de 9 de Dezembro de 1999 (relativa à execução de medidas específicas), que é tido em conta o facto de as orientações regionais não serem aplicáveis à transformação nem à comercialização de produtos constantes do anexo I.
- (37) A decisão da Comissão relativa ao processo N 563C/94 (= aprovação de alterações) contém uma parte relativa à obrigação de respeitar as disposições comunitárias em vigor na agricultura, assim como as obrigações daí resultantes, nomeadamente a notificação prévia de cada um dos casos de aplicação. Um processo anterior relativo à aprovação do auxílio N 108B/94 contém indicações de mesma natureza.
- (38) O auxílio NN 24/96 (ex N 1004/95) remete para o auxílio NN 109/93. A decisão da Comissão relativa ao processo NN 24/96 (= decisão de prorrogação) reafirma que é obrigatório respeitar as disposições comunitárias relativas à agricultura e à pesca.
- (39) Não obstante um convite para a apresentação de informações, a Alemanha não comunicou dados à Comissão que demonstrassem que os regimes de auxílio em causa fossem igualmente aplicáveis a sectores sensíveis (incluindo a agricultura). Em consequência, com base nas informações disponíveis, a Comissão não pode partir do princípio de que ambos os regimes de auxílio dizem respeito ao sector agrícola. Em conformidade com a jurisprudência actual do Tribunal de Justiça ⁽¹⁵⁾, os dois empréstimos I e II devem, pois, ser examinados enquanto auxílios individuais.
- (40) Dado que os regimes de auxílio em causa (NN 24/96 e N 563C/94) poderão ter sido utilizados de forma abusiva na acepção do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, de 22 de Março de 1999, que estabelece as regras de execução do artigo 93.º do Tratado CE ⁽¹⁶⁾, a Comissão reserva-se o direito de examinar a sua aplicação de forma mais pormenorizada.

2. Existência de um auxílio estatal

- (41) Nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE, são proibidos, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.
- (42) Do exame das informações actualmente disponíveis resulta que estão preenchidas estas condições. As medidas descritas acima (empréstimos I e II e garantia) são financiadas com fundos públicos. Favorecem uma empresa determinada do sector agrícola da Turíngia. Em consequência a medida é de natureza a falsear a concorrência ⁽¹⁷⁾ e a afectar as trocas comerciais entre Estados-Membros ⁽¹⁸⁾.
- (43) A Alemanha considera que, no caso do empréstimo II (KfW-Mittelstandsprogramm), não se trata de um auxílio (ver considerando 31). Contudo, com base nas informações disponíveis, não se pode excluir que estejamos perante uma medida de auxílio. O empréstimo II (assim como, aliás, o empréstimo I) foi concedido com base num regime de auxílio aprovado pela Comissão. Na decisão que diz respeito a esse regime, a Comissão verificou que se tratava nesse caso de um auxílio estatal na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.

⁽¹⁴⁾ JO C 74 de 10.3.1998, p. 9.

⁽¹⁵⁾ Ver a nota de pé-de-página 4.

⁽¹⁶⁾ JO L 83 de 27.3.1999, p. 1.

⁽¹⁷⁾ De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, a melhoria da posição de concorrência de uma empresa, induzida por um auxílio estatal, concretiza geralmente uma distorção de concorrência em relação às empresas concorrentes que não beneficiam de um apoio da mesma natureza (acórdão de 17 de Setembro de 1980 no processo C-730/79, Philip Morris Holland, Col. 1980, p. 2671, pontos 11 e 12).

⁽¹⁸⁾ O comércio intracomunitário alemão de produtos agrícolas elevou-se, em 2002, a 28 459 milhões de euros (importações) e 20 573 milhões de euros (exportações). Para o Land da Turíngia não estão disponíveis dados. (fonte: DG AGR).

- (44) O facto de a taxa de juro efectiva do empréstimo ser superior à taxa de juro de referência da Comissão não é suficiente, em si, para que se exclua a aplicação do artigo 87.º do Tratado CE. Esta taxa de referência é uma taxa mínima que pode ser aumentada, em casos que apresentem riscos específicos. Nesses casos, se nenhum banco privado se tiver mostrado disposto a conceder o empréstimo em causa, o aumento pode cifrar-se em 400 pontos de base ou mais. No caso presente, o banco da empresa só concedeu um empréstimo de capital a uma taxa de 6,5 % após o *Land* da Turíngia ter assumido a garantia para os três empréstimos não obstante o facto de ter sido fixada uma série de garantias (ver secção II.5). Embora seja difícil determinar com exactidão a taxa de juro de referência com base nas informações disponíveis, não se pode partir do princípio de que a taxa de juro de referência de 5,54 %, em vigor na altura, possa ser directamente aplicada, tanto mais que está provado que a taxa de juro praticada nessa época no mercado de capitais era mais elevada, independentemente das garantias suplementares. Por estes motivos, o empréstimo II (kfW) deve igualmente ser assimilado a um auxílio estatal na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.
- (45) Para determinar se as garantias estatais são equiparáveis a auxílios estatais, é necessário fazer referência à comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob forma de garantias ⁽¹⁹⁾. O ponto 2.1.4 da comunicação parte do princípio de que, na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE, são susceptíveis de constituírem auxílios estatais tanto as garantias concedidas directamente pelo Estado, como as garantias concedidas por empresas sujeitas à influência determinante das autoridades públicas
- (46) O ponto 4.2 da comunicação enuncia as condições que devem ser preenchidas para que uma garantia estatal não constitua um auxílio estatal. As autoridades alemãs confirmaram que o mutuário não estava em posição de obter fundos nas condições do mercado, sem a intervenção do Estado nos mercados financeiros. Não está, pois, preenchida a condição da alínea c) do ponto 4.2. Além disso, é pago um prémio para compensar o risco assumido pelo Estado no respeitante à garantia, mas, atendendo às circunstâncias (capital próprio limitado, confirmação pelas autoridades alemãs de que a garantia era necessária para o financiamento), não se afigura que o prémio corresponda aos preços do mercado para a garantia. Em consequência, também não está preenchida a condição da alínea d) do ponto 4.2. Pelos motivos enunciados acima, a garantia deve igualmente ser assimilada a um auxílio estatal na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.
- (47) Assim, o n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE é, em princípio, aplicável às medidas anteriormente descritas.
- (48) No momento da decisão de iniciar o procedimento formal de exame, a Comissão não pôde excluir o facto de a medida conter igualmente um elemento de auxílio a favor do mutuante (ver secção III.2) Com base nas informações comunicadas pela Alemanha à Comissão (ver considerando 34), é agora possível excluir essa possibilidade. A garantia não foi assumida a título de um crédito já concedido ou de outro compromisso financeiro já contraído. Também não foi utilizado um crédito coberto por uma garantia para reembolsar outro crédito não garantido. Além disso, o modo de proceder do banco da empresa aquando da concessão do crédito, nomeadamente aquando da avaliação dos créditos, parece favorecer mais o mutuário do que o mutuante. Em consequência, com base nas informações disponíveis, a medida não pode ser considerada um auxílio estatal a favor do mutuante.

3. Quadro jurídico aplicável

- (49) Os auxílios sob a forma de garantias devem ser examinados pela Comissão com base nas regras normalmente utilizadas em relação aos auxílios estatais (investimentos, recuperação e reestruturação, etc.) ⁽²⁰⁾. É, pois, conveniente estabelecer o quadro jurídico adequado para o exame das condições em que foram criados os activos.

⁽¹⁹⁾ JO C 71 de 11.3.2000, p. 14.

⁽²⁰⁾ Ver ponto 5.2 da comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob forma de garantias.

- (50) De acordo com as informações comunicadas pela Alemanha por cartas de 12 de Abril de 2001 e de 18 de Julho de 2003 (ver considerandos 26 e 27), a situação da empresa melhorou constantemente desde a sua criação em 1997. Não foi, em momento algum, necessário tocar no capital social. Pelo contrário, desde o ano da fundação até 2002, o capital próprio não deixou de aumentar. As receitas aumentaram também, tendo passado de 888 000 euros em 1997 para 6 598 000 euros em 2002. O excedente bruto de exploração (*cash flow*) baixou um pouco nos últimos anos, mas, em 2002, representava, não obstante, 6,2 % do resultado global, o que, segundo as autoridades alemãs, é um valor que se situa na média verificada neste ramo de actividades. O resultado anual registou também uma evolução positiva. Por estes motivos, a empresa não pode ser classificada uma empresa em dificuldade, na acepção das orientações relativas à reestruturação.
- (51) Para apreciar os auxílios relativos aos investimentos para a melhoria da transformação e da comercialização de produtos agrícolas, a Comissão costuma basear-se no ponto 4.2 das orientações comunitárias no sector agrícola ⁽²¹⁾. A Alemanha completou a sua primeira posição de 12 de Abril de 2001 com base no enquadramento dos auxílios estatais relativos aos investimentos no sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas ⁽²²⁾, assim como na decisão da Comissão relativa ao estabelecimento dos critérios de escolha a ter em conta para os investimentos respeitantes ao melhoramento das condições de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas ⁽²³⁾. Contudo, estas disposições já não estavam em vigor no momento em que foi formalmente dado início ao procedimento de exame. Por carta de 18 de Julho de 2003, a Alemanha comunicou informações complementares, que permitem avaliar a medida com base nas supracitadas orientações comunitárias no sector agrícola.

4. Isenção da proibição de auxílio em conformidade com o n.º 3 do artigo 87.º do Tratado CE

- (52) Podem ser concedidos auxílios relativos a investimentos para a melhoria da transformação e da comercialização de produtos agrícolas, sob reserva do respeito das seguintes condições:
- A taxa máxima de intensidade da ajuda é, em princípio, de 40 %. Para os investimentos realizados nas regiões do objectivo 1, essa taxa é de 50 % (ponto 4.2.3 das orientações comunitárias no sector agrícola);
 - Os auxílios aos investimentos só podem ser concedidos a empresas relativamente às quais possa ser demonstrado, com base numa avaliação das suas perspectivas, que são economicamente viáveis (ponto 4.2.3);
 - As empresas devem satisfazer as exigências comunitárias mínimas no respeitante ao ambiente, à higiene e ao bem-estar dos animais. Sempre que sejam realizados investimentos para satisfazer novas normas mínimas no que se refere ao ambiente, à higiene e ao bem-estar dos animais, podem ser concedidos auxílios para alcançar esse objectivo (ponto 4.2.3);
 - Apenas são elegíveis as despesas referidas no ponto 4.2.3 das orientações comunitárias no sector agrícola;
 - Não pode ser concedido qualquer auxílio aos investimentos relativamente aos quais não corresponda um escoamento normal no mercado. Esse escoamento deve ser avaliado, ao nível adequado, em função dos produtos em causa, dos tipos de investimento e das capacidades existentes e previstas (ponto 4.2.5).
- a) *Taxa de auxílio máxima*
- (53) O investimento é realizado numa região do objectivo 1. Em consequência a intensidade máxima da ajuda é de 50 %.
- (54) Dada a dificuldade de determinar exactamente a intensidade do auxílio com base nas informações disponíveis, a Comissão procede da forma descrita em seguida aquando do cálculo: são apresentadas três variantes, nomeadamente uma variante mínima, uma variante média e uma variante máxima. Em seguida, verifica-se se uma das variantes excede a taxa máxima de auxílio. Aquando do cálculo, a Comissão recorreu ao método apresentado no anexo I das orientações regionais ⁽²⁴⁾ (ver anexo da presente decisão).

⁽²¹⁾ Ver a nota de pé-de-página 7.

⁽²²⁾ Ver a nota de pé-de-página 9.

⁽²³⁾ Ver a nota de pé-de-página 10.

⁽²⁴⁾ Ver a nota de pé-de-página 14.

Variante mínima

- (55) O cálculo apresentado como variante mínima é o proposto pela Alemanha (ver considerandos 16 e 31). Nessa base, a soma dos equivalentes subvenção correspondente aos empréstimos e à garantia cifra-se em 97 350 euros. Em relação às despesas totais elegíveis, cujo montante é de 3 016 622 euros, a intensidade (cumulada) do auxílio é, pois, de 3,23 %.

Variante média

- (56) No respeitante à variante média são assumidas as seguintes hipóteses: para calcular os equivalentes subvenção dos empréstimos, a taxa de juro nominal dos empréstimos é comparada com a taxa de referência que a Comissão fixou para essa data. Os equivalentes subvenção da garantia são calculados por referência ao valor médio (1,25 %) mencionado no respeitante às empresas viáveis na decisão da Comissão relativa ao processo N 117/96 (ver secção II.6).

Variante máxima

- (57) No respeitante a esta variante são assumidas as seguintes hipóteses: para calcular os equivalentes subvenção dos empréstimos, a taxa de juro nominal dos empréstimos é comparada com uma «taxa de juro usual no mercado» para um empréstimo contraído no mercado de capitais. A «taxa de juro usual no mercado» é a fixada pelo banco da empresa para empréstimos no mercado de capitais. Os equivalentes subvenção da garantia são calculados por referência ao valor máximo (2,0 %) mencionado no respeitante às empresas viáveis na decisão da Comissão relativa ao processo N 117/96 (ver secção II.6).
- (58) A intensidade máxima de auxílio de 50 % não é superada em nenhum dos casos analisados (ver quadro). Em consequência, pode considerar-se que esta condição está preenchida.

	Variante mínima	Variante média	Variante máxima
Valor actualizado dos empréstimos I e II	88 044 euros	112 912 euros	237 476 euros
Valor actualizado da garantia	9 306 euros	23 264 euros	- 37 222 euros
Intensidade de auxílio acumulada	3,23 %	4,51 %	9,11 %

b) Viabilidade da empresa

- (59) Após ter procedido a um exame desta questão, a Alemanha confirmou a viabilidade económica da empresa. Como indicado nas secções IV e V.2, a situação económica da empresa registou uma evolução positiva nos últimos anos. O reembolso dos empréstimos contraídos fez-se de acordo com o calendário previsto. À luz das informações disponíveis, pode partir-se do princípio de que a empresa continuará a evoluir favoravelmente nos próximos anos. Em consequência, pode considerar-se que esta condição está preenchida.

c) Conformidade com as exigências comunitárias mínimas

- (60) A Alemanha confirmou expressamente que o beneficiário satisfaz as exigências mínimas requeridas em matéria de ambiente, de higiene e de protecção dos animais na acepção do Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos⁽²⁵⁾. Pode, pois, considerar-se que esta condição está preenchida.

⁽²⁵⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 80.

d) Despesas elegíveis

- (61) No âmbito do projecto, são elegíveis as despesas ligadas aos edifícios e às instalações técnicas para transformação de produtos hortícolas e batatas. A elegibilidade destas despesas é regida pelas orientações comunitárias no sector agrícola. O auxílio cobre uma parte dos custos referentes à compra de uma unidade de produção relativamente à qual foi dado início a um processo colectivo por insolvência. O beneficiário adquiriu a totalidade dos activos, incluindo o capital fixo, assim como o material recente ou usado. Em conformidade com o ponto 4.2.4 das orientações comunitárias no sector agrícola em conjugação com o ponto 4.4 das orientações regionais ⁽²⁶⁾, um investimento em capital fixo realizado sob a forma de retoma de um estabelecimento encerrado, ou que teria encerrado sem essa retoma, pode igualmente ser considerado como investimento inicial, excepto se o estabelecimento em questão pertencer a uma empresa em dificuldade. Os custos inerentes à compra da unidade de produção podem, pois, ser considerados elegíveis na acepção das orientações comunitárias no sector agrícola.

e) Possibilidades de escoamento

- (62) A Alemanha confirmou que a existência de possibilidades normais de escoamento foi examinada por instâncias competentes. Essas possibilidades de escoamento são suficientes. Os produtos da empresa beneficiária são propostos na Alemanha de Leste por todos os retalhistas de produtos alimentares conhecidos e alguns produtos são distribuídos em toda a Alemanha. Foram igualmente encontrados clientes no sector da venda a preços reduzidos (o segmento que cresce mais depressa no comércio de retalho). A empresa beneficiária tem ainda por clientes supermercados e empresas especializadas na entrega de produtos ultracongelados a domicílio, um sector em expansão. O projecto de investimento não tem por efeito aumentar as capacidades de transformação existentes. Em consequência, pode considerar-se que esta condição está igualmente preenchida.

VI. CONCLUSÕES

- (63) A Comissão lamenta expressamente que a Alemanha não tenha reagido ao pedido de comunicação de informações de 8 de Fevereiro de 2004. Este facto constitui uma infracção clara à obrigação de cooperação legal prevista no artigo 10.º do Tratado CE, em geral, assim como no artigo 88.º do Tratado CE e no Regulamento (CE) n.º 659/1999 ⁽²⁷⁾, em especial. A Comissão reserva-se a possibilidade de tomar novas medidas contra a Alemanha a este respeito.
- (64) Atendendo aos elementos expostos acima, a Comissão verifica que o auxílio pode ser considerado compatível com o mercado comum na acepção do n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE, dado que respeita as disposições do ponto 4.2 das linhas directrizes da Comunidade relativas aos auxílios estatais no sector agrícola e da comunicação da Comissão sobre a aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob forma de garantias,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O auxílio que a Alemanha pretende conceder à Frenzel Kyffhäuser Tiefkühlkost GmbH sob a forma de dois empréstimos num montante total de 1 917 345 euros e sob a forma de uma garantia para um montante emprestado de 1 861 103 euros é compatível com o mercado comum, em conformidade com o n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE.

Artigo 2.º

A República Federal da Alemanha é a destinatária da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 1 de Outubro de 2003.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽²⁶⁾ JO C 74 de 10.3.1998, p. 9.

⁽²⁷⁾ JO L 83 de 27.3.1999, p. 1.

Empréstimo II — variante média

Semestre	Juro	Amortização	Semestralidade	Bonificação	Semestralidade líquida	Capital em dívida	Valor actual
1/1998	10 622,09	0,00	10 622,09	1 514,70	9 107,39	383 469,00	1 473,88
2/1998	10 622,09	0,00	10 622,09	1 514,70	9 107,39	383 469,00	1 434,15
1/1999	10 622,09	0,00	10 622,09	1 514,70	9 107,39	383 469,00	1 395,50
2/1999	10 622,09	0,00	10 622,09	1 514,70	9 107,39	383 469,00	1 357,88
1/2000	10 622,09	31 955,75	42 577,84	1 514,70	41 063,14	351 513,25	1 321,28
2/2000	9 736,92	31 955,75	41 692,67	1 388,48	40 304,19	319 557,50	1 178,53
1/2001	8 851,74	31 955,75	40 807,49	1 262,25	39 545,24	287 601,75	1 042,51
2/2001	7 966,57	31 955,75	39 922,32	1 136,03	38 786,29	255 646,00	912,97
1/2002	7 081,39	31 955,75	39 037,14	1 009,80	38 027,34	223 690,25	789,66
2/2002	6 196,22	31 955,75	38 151,97	883,58	37 268,39	191 734,50	672,33
1/2003	5 311,05	31 955,75	37 266,80	757,35	36 509,44	159 778,75	560,75
2/2003	4 425,87	31 955,75	36 381,62	631,13	35 750,50	127 823,00	454,69
1/2004	3 540,70	31 955,75	35 496,45	504,90	34 991,55	95 867,25	353,95
2/2004	2 655,52	31 955,75	34 611,27	378,68	34 232,60	63 911,50	258,31
1/2005	1 770,35	31 955,75	33 726,10	252,45	33 473,65	31 955,75	167,56
2/2005	885,17	31 955,75	32 840,92	126,23	32 714,70	0,00	81,52
Total							13 455,48

Empréstimo II — variante máxima

Semestre	Juro	Amortização	Semestralidade	Bonificação	Semestralidade líquida	Capital em dívida	Valor actual
1/1998	12 462,74	0,00	12 462,74	3 355,35	9 107,39	383 469,00	3 249,74
2/1998	12 462,74	0,00	12 462,74	3 355,35	9 107,39	383 469,00	3 147,45
1/1999	12 462,74	0,00	12 462,74	3 355,35	9 107,39	383 469,00	3 048,37
2/1999	12 462,74	0,00	12 462,74	3 355,35	9 107,39	383 469,00	2 952,42
1/2000	12 462,74	31 955,75	44 418,49	3 355,35	41 063,14	351 513,25	2 859,49
2/2000	11 424,18	31 955,75	43 379,93	3 075,74	40 304,19	319 557,50	2 538,69
1/2001	10 385,62	31 955,75	42 341,37	2 796,13	39 545,24	287 601,75	2 235,25
2/2001	9 347,06	31 955,75	41 302,81	2 516,52	38 786,29	255 646,00	1 948,40
1/2002	8 308,50	31 955,75	40 264,25	2 236,90	38 027,34	223 690,25	1 677,40
2/2002	7 269,93	31 955,75	39 225,68	1 957,29	37 268,39	191 734,50	1 421,53
1/2003	6 231,37	31 955,75	38 187,12	1 677,68	36 509,44	159 778,75	1 180,10
2/2003	5 192,81	31 955,75	37 148,56	1 398,06	35 750,50	127 823,00	952,46
1/2004	4 154,25	31 955,75	36 110,00	1 118,45	34 991,55	95 867,25	737,98
2/2004	3 115,69	31 955,75	35 071,44	838,84	34 232,60	63 911,50	536,07
1/2005	2 077,12	31 955,75	34 032,87	559,23	33 473,65	31 955,75	346,13
2/2005	1 038,56	31 955,75	32 994,31	279,61	32 714,70	0,00	167,62
Total							28 999,08